PLANO DE SALVAGUARDA

MATRIZES TRADICIONAIS DO FORRÓ

ESTRATÉGIA LOCAL DE ATUAÇÃO

IPHAN-PB

O presente Relatório descreve e analisa brevemente o processo de elaboração das diretrizes, metas e ações de Salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró no âmbito do Estado da Paraíba, a partir da solicitação da Coordenação-Geral de Promoção e Sustentabilidade do Departamento do Patrimônio Imaterial – CGPS/DPI na reunião de alinhamento do Plano de Salvaguarda do Forró realizada no dia 5 de julho de 2022.

1. Considerações iniciais

O trabalho de sistematização documental de diretrizes, metas e ações de Salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró foi iniciado no segundo semestre de 2022 a partir da solicitação da CGPS/DPI na reunião de alinhamento do Plano de Salvaguarda do Forró no dia 5 de julho de 2022 junto às Superintendências envolvidas com processo de Registro do referido bem cultural, pedido reiterado via e- mails institucionais que requeriam da equipe técnica do Iphan/PB os "objetivos e ações planejadas pelos detentores da Paraíba" para a conclusão do "trabalho de compilação dos dados e formatação do plano nacional com informações de todos os estados envolvidos". O prazo inicialmente estipulado para entrega das informações ora sintetizadas foi de novembro de 2022. Entretanto, em razão do acúmulo de atendimentos da Superintendência a demandas emergenciais referentes ao patrimônio imaterial brasileiro presente na Paraíba naquele semestre e da necessidade de uma retomada da mobilização dos muitos detentores do forró atuantes no Estado para a maior qualificação das informações atinentes ao documento de orientação da salvaguarda nacional, solicitamos à CGPS um prazo maior para a entrega do conjunto de diretrizes, metas e ações que compõem este Relatório. Após algumas tratativas por e-mail, mensagens de *whatsapp* e ligações entre técnicos da Superintendência e área central do Iphan, ficou definida a data de 31 de março como prazo final de envio do material, considerando a urgência no fechamento do Plano de Salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró, no formato mais "geral" e "nacional" estabelecido a partir da "Reunião sobre Elaboração de Planos para Bens de Abrangência Regional ou Nacional" realizada pela CGPS em 19 de maio de 2022.

Para fins de melhor compreensão dos eixos, diretrizes, metas e ações da Salvaguarda das Matrizes do Forró da Paraíba, apresentaremos a seguir uma breve contextualização dos antecedentes, debates e ações de salvaguarda acompanhados pelo Iphan/PB no âmbito estadual, seguida do processo de planejamento e elaboração do documento norteador da salvaguarda a partir da organização de um grupo de trabalho e da realização de reuniões com detentores do forró em João Pessoa e Campina Grande. Por fim, o Relatório apresentará o referido documento, em sua versão mais atual, e as considerações finais do trabalho desenvolvido.

Importante acentuar que o termo "forrozeiro(a)s" utilizado no presente documento, especialmente no tópico 5, abriga as seguintes categorias de trabalho e/ou atividades artísticas e lúdicas relacionadas às matrizes tradicionais do forró: compositor(a)s, intérpretes, sanfoneiro(a)s, folistas, rabequeiro(a)s, pandeirista(a)s, trianguleiro(a)s, zabumbeiro(a)s, professore(a)s de dança (forró), produtor(a)s musicais, artesãos, fabricantes, afinadores e profissionais que consertam e fazem a manutenção de instrumentos matriciais do forró, amantes do forró, entre outras similares. Apesar da amplitude das categorias, compreendemos que as políticas de salvaguarda planejadas, mediadas, executadas e avaliadas pelo Iphan, devem priorizar o(a)s forrozeiro(a)s atuantes no universo de trabalho artístico-musical propriamente dito, que buscam em suas trajetórias de vida, e raramente conseguem, "viver do forró".

2. Antecedentes, debates e ações de salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró na Paraíba

2.1. MOBILIZAÇÕES PELO REGISTRO/SALVAGUARDA E FORMAÇÃO DO FÓRUM FORRÓ DE RAIZ

As primeiras conversas e iniciativas em torno do reconhecimento do forró como patrimônio cultural brasileiro ocorreram no segundo semestre de 2010 com a aproximação entre servidores do Iphan/PB e a presidente da Associação Cultural Balaio Nordeste, Sra. Joana Alves, que realizava naquele período uma série de ações voltadas à valorização e à produção musical de forrozeiros atuantes em João Pessoa. A Balaio Nordeste promovia, desde o início de sua existência, a salvaguarda das manifestações relacionadas ao forró e o Iphan sempre foi um importante contato para articulação de uma parceria em torno de tudo o que a associação abarcava em sua missão de avivadora do forró dito "tradicional", tão marcante no Estado da Paraíba.

Logo nas primeiras reuniões entre representantes da Balaio Nordeste e o corpo técnico do Iphan na Paraíba se percebeu que era necessário a mobilização mais ampla de forrozeiros e amantes do forró para que essas referências culturais relacionadas à manifestação, que passaram a ser chamadas "matrizes" (a exemplo das "matrizes do samba carioca"), pudessem ser identificadas e reconhecidas como patrimônio cultural do Brasil, via Decreto 3.551 de 2000.

Ao longo do ano de 2011, muitos forrozeiros, associados ou não à Balaio Nordeste, passaram a se reunir semanalmente em uma das sedes do Iphan no centro histórico de João Pessoa para formar um coletivo que pudesse se posicionar com mais força política no mercado musical paraibano. Nascia o chamado "Fórum Forró de Raiz", para, segundo os primeiros encartes divulgando o movimento, debater e promover uma cidadania mais plena das matrizes tradicionais forrozeiras. Na visão desse grupo, o "forró pé de serra" estava perdendo cada vez mais prestígio e espaço para as bandas "estilizadas", o chamado "forró de plástico". O título de patrimônio a ser conquistado pelo forró e seus representantes e comunidades espalhadas pela Paraíba e outros Estados seria um passo fundamental, mas não único, para maior visibilidade e valorização artística e, sobretudo, financeira desses grupos.

Um dos forrozeiros, Chico Ribeiro, com sua experiência nos movimentos sociais e projetos comunitários desenvolvidos no bairro do Alto do Mateus, em João Pessoa, passou a articular importantes pautas para os trabalhadores do forró, envolvendo muitos artistas e grupos locais. Edson Azevedo, Adilson Medeiros, Baixinho do Pandeiro, Werlainy Lopes, Bira Delgado, Tizil, Honorato, Haniel Carvalho, João Neto, Joab Dantas, Júnior Limeira, Damião, entre outros, debatiam questões relacionadas à patrimonialização do forró e, ao mesmo tempo, às melhores estratégias para conseguirem, finalmente, "viver do forró".

Assim, desde os primeiros momentos da mobilização pelo Registro do forró como patrimônio, as questões pertinentes ao processo de salvaguarda do bem cultural se faziam presentes. O movimento iniciado pelos forrozeiros atuantes em João Pessoa almejava mais "oportunidades" para o forró de raiz no mercado musical paraibano e nacional, a partir de apoios e ações dos poderes públicos. As pautas das reuniões de mobilização pelo reconhecimento das matrizes forrozeiras giravam em torno das melhores condições de vida dos artistas que poderiam ser traduzidas em contratos dignos de trabalho, mais apresentações em shows, maiores cachês em apresentações, criação e consolidação de uma agenda permanente de shows de forró de raiz. Reconhecer simbolicamente as matrizes do forró como patrimônio cultural brasileiro era muito importante, mas o fundamental para o movimento era a melhor estruturação do cotidiano de trabalho daqueles artistas forrozeiros que seguravam a batuta do "forró autêntico". Ao longo do processo, outras dimensões da salvaguarda foram se delineando: as demandas por organização e articulação política, fomento e intercâmbio cultural, divulgação e comunicação, transmissão e educação, direitos autorais, além da necessidade valorização dos seus instrumentos musicais tradicionais, mas tudo começou com o debate em torno das condições concretas de trabalho do forrozeiro.

2.2. O SEMINÁRIO "FORRÓ: PATRIMÔNIO CULTURAL. E AÍ?" (2011)

O primeiro ensaio do que podemos compreender como "síntese" dessas demandas debatidas por forrozeiros durante o processo de mobilização pelo Registro se deu com o Seminário "Forró: Patrimônio Cultural. E aí?" realizado em outubro de 2011, no Espaço Cultural José Lins do Rego, em João Pessoa. Com um título provocativo, o seminário tinha o "intuito de contribuir para a construção de políticas públicas de salvaguarda e para organização dos trabalhadores/artistas dentro de uma perspectiva de sustentabilidade". O encontro, realizado pelo Iphan/PB em parceria com a Balaio Nordeste e o Fórum Forró de Raiz, reuniu forrozeiros e ativistas culturais que assistiram a produções audiovisuais, palestras e shows (um tributo à Jackson do Pandeiro), contando com a participação de pesquisadores e representações do Ministério da Cultura, Secretaria de Estado de Cultura da Paraíba e Funjope – Prefeitura Municipal de João Pessoa. Sendo realizado em dois dias, o seminário conseguiu avançar em debates e propostas referentes a temas como direitos autorais e políticas de fomento ao forró.

Embora o seminário tenha demonstrado o poder de articulação do movimento forrozeiro junto às instituições públicas e potenciais parceiros paraibanos, a falta de recursos para sua organização que contava, sobretudo, com a militância de determinados artistas do forró e ativistas culturais, revelava o início de um momento de esvaziamento da primeira mobilização e de dispersão dos forrozeiros que idealizaram o reconhecimento do forró como patrimônio cultural brasileiro.

2.3. O ENCONTRO PARA SALVAGUARDA DAS MATRIZES DO FORRÓ (2015)

O segundo momento de sistematização de demandas relacionadas ao forró, que então passaram a se configurar como eixos e temas para salvaguarda, foi consolidado a partir do "Encontro Nacional para

Salvaguarda das Matrizes do Forró" realizado nos dias 10 e 11 de setembro de 2015, na Usina Cultural Energisa e no Conjunto Franciscano, João Pessoa. O encontro foi mais uma vez organizado pelo Iphan/PB em parceria com a Balaio Nordeste e o Fórum Forró de Raiz, envolvendo, desta feita, o DPI, que deu total apoio na articulação e recursos para a participação de representantes de diversas Superintendências do Iphan (além da Paraíba, estiveram presentes Alagoas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e São Paulo), além da vinda de integrantes dos nascentes fóruns estaduais do Fórum Forró de Raiz, movimento que se tornava cada vez mais "nacional". A Câmara do Patrimônio Imaterial do DPI/Iphan havia aprovado, em 2013, a pertinência do reconhecimento das Matrizes Tradicionais do Forró como Patrimônio Cultural do Brasil e aquele "evento" traduzia a grande expectativa da comunidade forrozeira em torno do processo de instrução técnica de Registro e das possibilidades de ações de salvaguarda voltadas para o forró.

Após as falas institucionais e das lideranças forrozeiras do Fórum Forró de Raiz acerca do processo de mobilização pelo Registro e da política nacional de salvaguarda dirigida pelo Iphan, foram definidos eixos para discussão e propostas encaminhadas por grupos de trabalho. Enquanto dois eixos, "definição do bem" e "territorialidade e comunidades", estavam mais direcionados à instrução técnica de Registro, o eixo "sustentabilidade" incidia diretamente sobre as questões pertinentes à salvaguarda do forró, abordando temas como ampliação do mercado de trabalho, articulação política dos forrozeiros, elaboração e revisão de leis e políticas voltadas para mestres forrozeiros (e da cultura popular como um todo), ações de fomento e intercâmbio cultural e divulgação das matrizes do forró nos meios de comunicação de massa e mídias sociais. As propostas dos grupos foram sintetizadas em documento intitulado "Carta de Diretrizes para Instrução Técnica do Registro das Matrizes do Forró como Patrimônio Cultural do Brasil".

O trabalho de planejamento e organização do Encontro Nacional para Salvaguarda das Matrizes do Forró revelou, de modo mais evidente, a dimensão e complexidade de um processo de Registro do Forró que desse conta minimamente da crescente mobilização de forrozeiros e ativistas culturais interessados e envolvidos na missão de reconhecimento estatal e promoção de políticas de salvaguarda do bem cultural. Como vimos, desde seu nascedouro, as mobilizações pelo Registro já traziam as pautas pertinentes à salvaguarda para o debate público. As experiências morosas de outros processos de Registro de amplitude regional ou nacional, alguns durando dez anos, ou até mais tempo, para sua titulação, acabavam por desmobilizar os coletivos formados em torno da patrimonialização dos bens culturais e esse parecia ser o caso do forró. Joana Alves, presidindo a Balaio Nordeste e protagonizando a articulação do Fórum Forró de Raiz, movimento que envolvia diversos agentes culturais que militavam pelo forró em vários Estados da federação, passou a conquistar cada vez mais espaços e recursos para salvaguarda das matrizes do forró junto aos poderes públicos estabelecidos na esfera executiva e legislativa.

2.4. A SALVAGUARDA EMERGENCIAL DO FOLE DE OITO BAIXOS NA PARAÍBA

Em meio aos debates em torno do reconhecimento do forró como patrimônio, o Iphan/PB começou a identificar na Paraíba a existência de um determinado e diminuto grupo de forrozeiros, os folistas, em situação de desaparecimento, invisibilidade e extrema carência social. De fato, a presença de mestres folistas de oito baixos é cada vez mais rara mesmo nos sertões e cariris nordestinos. Muitos desses músicos morreram sem nenhum reconhecido da própria classe artística e de qualquer instância poder público.

Compreendendo que essas pessoas, seus conhecimentos e instrumentos musicais tradicionais são elementos fundamentais para as matrizes do forró, a partir de 2015, a Superintendência do Iphan da Paraíba passou a planejar ações de caráter emergencial voltadas para a identificação, valorização e sustentabilidade desses mestres folistas e toda a rede de saberes envolvida nessa referência cultural.

Em 2018, após muitas idas e vindas burocráticas, finalmente deu-se início à chamada "Salvaguarda Emergencial do Fole de Oito Baixos na Paraíba", por meio de um Termo de Colaboração/ Convênio firmado entre a Superintendência do Iphan na Paraíba e a Associação Cultural Balaio Nordeste. O projeto conseguiu desenvolver pesquisas documentais e de campo para identificação e localização de mestres e aprendizes folistas e de afinação/manutenção do fole de oito baixos, além de instituições e lugares em que se pratica e/ou se guarda a memória desses saberes. Também foi produzido e editado um documentário intitulado "No tom dos oito baixos", aproveitando o levantamento de informações, pessoas e imagens do processo. Como etapa final dos trabalhos, foi organizado o "I Encontro de Folistas de Oito Baixos da Paraíba" que ocorreu na sede da Balaio Nordeste, no dia 20 de julho de 2019. O planejamento, a execução e avaliação dessas ações estão documentados no Processo Iphan nº 01408.000912/2015-56. Foi uma das únicas experiências de salvaguarda emergencial financiadas e apoiadas pelo Iphan durante um processo de Registro, antes mesmo do bem cultural receber o título de patrimônio imaterial brasileiro. Atualmente, encontra-se em processo de planejamento a segunda fase da Salvaguarda Emergencial do Fole de Oito Baixos na Paraíba que prevê, desta feita, a aquisição de instrumentos musicais e materiais necessários para a realização de oficinas de transmissão dos conhecimentos tradicionais do fole ministradas por mestres folistas junto ao público interessado de João Pessoa e outras localidades da Paraíba (Vide Processo Iphan nº 01408.000152/2022-14).

Durante o período pandêmico (2020 e 2021), diante da notória situação de extrema necessidade social e risco de fome por que passavam muitos detentores do patrimônio imaterial brasileiro, inclusive forrozeiros e folistas, em razão da suspensão das suas atividades artísticas presenciais e do desmantelamento de políticas de cultura e patrimônio cultural promovidas pelo último governo federal, o Iphan/PB organizou e executou ações emergenciais de segurança alimentar e uma força-tarefa para inscrição de grupos, mestres e detentores em editais de apoio e premiação (Vide Processo nº 01408.000116/2020-81).

Além das ações direta ou indiretamente apoiadas pelo Iphan/PB, a Associação Cultural Balaio Nordeste, juntamente com a rede formada pelos fóruns forró de raiz, vem, ao longo dos anos, contribuindo para o diagnóstico de problemas e levantamento de informações fundamentais para o planejamento de políticas públicas voltadas para as matrizes do forró e para a execução de ações de salvaguarda do bem cultural por meio de seus cursos de formação musical, apoio e capacitação de artistas e grupos, divulgação e promoção de atividades artísticas e realização dos tradicionais Encontros de Foles e Sanfonas que sempre destinam parte de sua programação aos debates e propostas de políticas de salvaguarda do forró.

3. Organização do Grupo de Trabalho voltado para planejamento e elaboração dos Eixos, diretrizes, metas e ações de Salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró na Paraíba

Para atendimento da solicitação da CGPS/DPI de envio de informações sobre as demandas e propostas de salvaguarda dos detentores das matrizes do forró no âmbito do Estado Paraíba para compilação e elaboração do plano nacional de salvaguarda do bem cultural, dentro do novo prazo acordado (31 de março do presente ano), a equipe técnica do Iphan/PB entrou em contato com lideranças e articuladores locais do Fórum Forró de Raiz da Paraíba para formação de um grupo de trabalho voltado para o planejamento e organização logística e documental dessa "encomenda" da área central do Iphan. Integram o referido grupo de trabalho os técnicos, antropólogos do Iphan/PB, Emanuel Braga e Nina Lannes, a presidente da Associação Cultural Balaio Nordeste, Joana Alves, o pesquisador da cultura popular e das matrizes do forró, e servidor da UFPB, Henrique Sampaio, e o articulador do Fórum Forró de Raiz em Campina Grande, Alfranque Amaral.

A primeira reunião do grupo direcionada para o planejamento do trabalho de sistematização documental de diretrizes, metas e ações de Salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró ocorreu em 27 de outubro de 2022, momento em que ficou definido, em linhas gerais, como se daria o desenvolvimento das atividades necessárias à maior eficácia da ação. Tendo em vista o acúmulo de informações concernentes à salvaguarda das matrizes do forró já produzidas na Paraíba e protagonismo dos diversos agentes e detentores atuantes no Estado no processo de Registro e salvaguarda do forró, conforme pudemos demonstrar nos primeiros tópicos deste Relatório, decidiu-se, antes de tudo, que aquele grupo de trabalho ficaria encarregado de elaborar e revisar um texto com um conjunto de eixos, diretrizes, metas e ações para salvaguarda do forró para, estando mais acabado este documento, em um segundo momento, apresentá-lo aos detentores em reuniões "regionais" para debates, proposições e ajustes que se fizessem necessários. As "regionais" seriam as mesmas abordadas em outros trabalhos de maior amplitude desenvolvidos pelo Iphan/PB: "João Pessoa e litoral"; "Campina Grande e região adjacente"; "Cariri"; "Brejo"; "Curimataú"; "Seridó e Sertão"; e "Alto Sertão". Em todas elas, sabíamos que potencialmente haveria muitos detentores interessados em participar dessas reuniões, caso houvesse uma boa mobilização e um bom planejamento. É provável que em todos os municípios da Paraíba, existam forrozeiros atuando de forma profissional ou amadora em algum dos diversos campos que delineamos no último parágrafo do primeiro tópico deste Relatório. Pela proximidade do prazo de entrega da "encomenda", o grupo de trabalho compreendeu que o documento que seria enviado ao DPI conteria apenas informações de duas ou três dessas reuniões regionais e o processo de discussão e elaboração dos eixos e diretrizes de salvaguarda das matrizes do forró na Paraíba seguiria sua trajetória de mobilização e encontros locais mesmo depois da entrega do material à área central do Iphan, com vistas ao fechamento de um plano de políticas

de salvaguarda que seria aplicado localmente, a partir dos agentes, recursos e parceiros estaduais, municipais, associativos e particulares, em diferenças esferas públicas e privadas.

A pauta final da primeira reunião do grupo de trabalho dizia respeito ao formato da reunião com os detentores, se o encontro seria presencial ou virtual. Caso a reunião fosse em plataformas como Google Meet, daria para fazer um ou dois encontros envolvendo forrozeiros de todas as "regionais" da Paraíba. A falta de recursos para organização e realização do formato presencial era o principal entrave para decisão por esse modelo. Todos integrantes do grupo estavam bastante inclinados para opção pelo presencial, afinal nos contextos de identificação e mediação de detentores e de planejamento e execução de ações de salvaguarda de patrimônios culturais, com públicos diversos, de formações diversas, em muitos casos, com segmentos e grupos sociais não ou pouco escolarizados e/ou que manifestam outras formas de conhecimento e maestria, não certificadas por processos formais de educação, que era o caso do público forrozeiro, a ineficácia da abordagem virtual, via videoconferências, é ainda mais patente. O formato virtual, esquadrinhado por telas, pautado em ordenamento e concentração de falas e dependente de determinados conhecimentos técnicos e de condições materiais tecnológicas dos participantes, é contraproducente em relação aos objetivos da política de patrimônio imaterial. Por mais que os organizadores busquem uma mediação entre falas e saberes, há um limite sociotécnico claro direcionando falas minutadas e manifestadas em seu momento "esperado" pelo palestrante ou mediador que não condizem com as formas de troca de saberes e informações da oralidade presencial, tridimensional, repleta de detalhes e de fatores imponderáveis do encontro com o outro. Apesar de toda a discussão sobre o tema, essa pauta acabou ficando ainda em aberto diante do avançar do tempo da reunião de planejamento, havendo como encaminhamento principal desse primeiro momento a elaboração da minuta do documento com os eixos, diretrizes, metas e ações para salvaguarda das matrizes do forró. Assim, foram divididas tarefas de elaboração e revisão da minuta e criado um grupo de *whatsapp* para comunicação e continuidade das atividades de planejamento das reuniões com os detentores.

A minuta do documento foi então elaborada a partir de um trabalho de recuperação dos diversos materiais produzidos ao longo do processo de mobilização, registro e salvaguarda das matrizes do forró na Paraíba que estavam reunidos em pastas digitais da Superintendência do Iphan na Paraíba, em arquivos de processos inseridos no SEI e em informações e anexos dos muitos e-mails trocados ao longo desse trabalho. Em 9 de novembro, a minuta do documento foi repassada no grupo criado para revisão e contribuições de todos os participantes. A perspectiva inicial é que a primeira reunião com os detentores ocorresse em alguma data de dezembro de 2022, próxima ao aniversário de Luiz Gonzaga (dia 13), mas para isso era preciso que o grupo mais uma vez se reunisse para fechar muitos encaminhamentos e tarefas de organização que ficaram em aberto desde a primeiro encontro de planejamento. Com o acúmulo de contribuições à minuta elaborada, a pauta da

segunda reunião, realizada em 17 de novembro, acabou se concentrando no conteúdo propriamente dito do documento, sendo sugeridos novos eixos e diretrizes de salvaguarda, tendo como decisão mais prática a opção em fazer reuniões presenciais com os detentores, seguindo as "regionais" propostas pelo Iphan/PB, começando por João Pessoa. Ficaríamos então encarregados de pensar qual seria a instituição acolhedora do primeiro encontro "oficial" de salvaguarda, considerando a impossibilidade de ser realizado na sede do Iphan da Paraíba, prédio muito limitado para recepção de um número maior de pessoas e, além disso, em uma eterna reforma sem previsão para acabar.

Em razão do acúmulo de compromissos de trabalho na agenda de todos os integrantes do grupo, as reuniões de salvaguarda das matrizes do forró na Paraíba tiveram que aguardar a virada do ano para serem realizadas no início de 2023. No dia 17 de janeiro, retomamos o planejamento da organização dos encontros de salvaguarda já com a definição de data e local e, na verdade, do "evento" acolhedor da primeira reunião com os detentores e que o segundo momento ocorreria em Campina Grande, no mês de março, em espaço cedido pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Como o V Encontro de Foles e Sanfonas na Paraíba, realizado pela Balaio Nordeste com apoio de financiadores e parceiros públicos e privados, ocorreria na primeira semana de fevereiro, no Espaço Cultural, a primeira Reunião de Salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró pôde ser inserida, de última hora, na tarde do dia 2, um pouco antes da abertura oficial do evento, previsto para a noite. Com isso, contaríamos com uma sala já estruturada para recepção de um maior número de pessoas, com suporte de equipamentos para apresentação de slides, microfone, som e lanche para os participantes. No próximo tópico, abordaremos, em linhas gerais, as principais discussões e propostas encaminhadas pelas duas reuniões de salvaguarda com detentores do forró realizadas até o presente momento no âmbito do Estado da Paraíba.

4. Reuniões de Salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró na Paraíba (João Pessoa e Campina Grande)

4.1. A PRIMEIRA REUNIÃO DE SALVAGUARDA DAS MATRIZES DO FORRÓ (JOÃO PESSOA)

A primeira Reunião de Salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró ocorreu em uma tarde do dia 2 de fevereiro de 2023, em uma das salas do mezanino 1 do Espaço Cultural, em João Pessoa, após tratativas de Joana Alves com a Funesc, apoio fundamental de um forrozeiro, Bira Delgado, que é servidor dessa instituição e participa ativamente do processo de patrimonialização e salvaguarda do forró desde o seu nascedouro, e de toda a estrutura de organização prevista para o V Encontro de Foles e Sanfonas na Paraíba. A mobilização para maior participação possível de detentores na referida reunião ficou a cargo dos integrantes do grupo de trabalho constituído para elaboração do documento de referência da salvaguarda do forró na Paraíba. Além de encartes elaborados para divulgação da reunião, foi disponibilizada a inscrição na plataforma sympla com a possibilidade de se inscrever na tarde do encontro por meio de uma lista impressa. Para maior efetividade na participação, foram realizadas ligações telefônicas para os forrozeiros, especialmente, para aqueles mais familiarizados com o processo de reconhecimento do forró como patrimônio e que integraram, em algum momento, o coletivo de mobilização em torno do Registro do bem cultural.

Fizeram a mediação da reunião Emanuel Braga e Nina Lannes (Iphan/PB) e Henrique Sampaio (Fórum Forró de Raiz da Paraíba/IFPB). O encontro ocorreu em uma sala em formato de auditório, a contragosto de um dos mediadores que preferia o formato em "roda de conversa", com cadeiras móveis, e contato mais à vontade com os convidados. Participaram desse momento entre 20 e 30 pessoas, entre mediadores, apoio e convidados. A maioria dos presentes era de pessoas que trabalhavam, de fato, com as matrizes do forró, que o Iphan costuma categorizar como "detentores do bem". Alguns desses detentores presentes fizeram parte do movimento inicial de idealização do registro do forró como patrimônio brasileiro, tendo participado dos primeiros encontros ocorridos em uma das sedes do Iphan no centro histórico de João Pessoa em 2010 e do trabalho de compilação de documentos necessários para abertura do processo de solicitação do Registro em 2011. Dessa forma, a reunião também serviu como momento de reencontrar pessoas que não se encontravam presencialmente há tempo, ainda mais tendo vivido um extenso período pandêmico. Apesar da formalidade ensejada pela própria estrutura do local, a reunião pôde transcorrer com mais desenvoltura e participação efetiva de todos.

A partir de uma apresentação inicial feita pelos mediadores com o apoio de uma apresentação previamente elaborada e da leitura dos eixos temáticos da minuta do documento de referência da Salvaguarda das Matrizes do Forró

na Paraíba, os detentores pediam a palavra e interagiam, ora expondo suas histórias de vida, ora expondo suas dificuldades em trabalhar com o forró de raiz, ora apresentando propostas de ajustes ou complementos do plano lido e detalhado. Como previsto pelos mediadores, seria impossível expor ao debate todos os eixos, diretrizes, metas e ações do documento durante 3 horas de reunião, mas o grupo de trabalho ainda avalia, e isso foi dito na reunião, como irá circular o material entre os detentores para recebimento de contribuições ao longo de todo o processo de construção da salvaguarda, que não se encerra, como sabemos, na elaboração do presente Relatório.

A síntese das discussões encontra-se registrada na Memória de Reunião 01, inserida no Processo SEI nº 01408.000056/2023-49, e na própria edição do documento que será transcrito no próximo tópico do Relatório. Por ora, é importante evidenciar algumas falas e contribuições propositivas dos detentores e agentes culturais que são fundamentais para a boa condução do processo "nacional" de construção do Plano de Salvaguarda do Forró e da efetivação de suas ações:

a) Chico Ribeiro, dos Cabras de Mateus, um dos idealizadores e articuladores do Registro do Forró, lembra aos presentes que as políticas de Salvaguarda precisam recuperar a essência das primeiras discussões do movimento inicial em torno do reconhecimento patrimonial do forró, que diziam respeito aos grupos e comunidades forrozeiras tradicionais, formadas de trabalhadores artistas mais comuns, distantes dos holofotes da grande mídia. Com a ascensão nacional do Fórum Forró de Raiz e do Registro, muitas "estrelas" vieram ocupar esse lugar do movimento inicial, gente que não estava preocupada com políticas públicas destinadas ao forró, hoje se apropria do processo. "Muitos de nós não conseguimos circular nesses fóruns, pois precisamos trabalhar no dia a dia";

b) Lisianne Saraiva, integrante da Balaio Nordeste, salientou que é fundamental que o Plano de Salvaguarda das Matrizes Tradicionais, mais do que uma "carta de intenções", seja materializado, em cada uma de suas diretrizes, em leis que realmente tornem compulsórias as ações previstas para cada meta estabelecida;

c) Messias, forrozeiro de Sapé, alertou sobre a dificuldade dos artistas, dos mestres aos aprendizes, em acessarem instrumentos musicais como a sanfona, considerando seu alto valor no mercado. Assim, seria importante que alguma ação prevista no Plano de Salvaguarda pudesse intervir nessa situação de carência, por meio de subsídios aos detentores ou distribuição desses instrumentos em instituições educacionais públicas, pois a inserção e valorização do forrozeiro no ambiente escolar só será, de fato, efetivo com esse suporte.

A reunião se encerrou mais de meia hora além do previsto inicialmente com um número mais reduzido de participantes, pois muitos se ausentaram para resolver suas questões pessoais e de trabalho. Do lado de fora, no espaço mais aberto do mezanino 1 do Espaço Cultural, uma mesa montada com

café, sucos e lanchinhos, aguardava o término da reunião. Após o café, alguns participantes permaneceram no local para acompanharem as exposições e shows previstos na abertura do V Encontro de Foles e Sanfonas na Paraíba.

4.2. A SEGUNDA REUNIÃO DE SALVAGUARDA DAS MATRIZES DO FORRÓ (CAMPINA GRANDE)

A segunda Reunião de Salvaguarda das Matrizes Tradicionais do Forró ocorreu em uma noite do dia 15 de março de 2023, em uma das salas do Centro de Arte e Cultura da UEPB, após tratativas de Alfranque Amaral com o professor Andrade, responsável pela administração do espaço. O apoio de Alfranque, que é coordenador do Fórum Forró de Raiz do município de Campina Grande, foi fundamental. Ele tem participou ativamente processo de patrimonialização e salvaguarda do forró desde a expansão dos fóruns para além de João Pessoa.

A exemplo do que ocorreu na primeira reunião, mobilização para maior participação possível de detentores no segundo encontro da salvaguarda ficou, a princípio, a cargo de todos os integrantes do nosso grupo de trabalho. Além do encarte elaborado para divulgação da reunião, Alfranque divulgou a reunião em rádios locais e nas mídias sociais e entrou em contato com forrozeiros que poderiam contribuir positivamente com o debate.

Por conta do cancelamento repentino do contrato da empresa terceirizada responsável pelo pagamento dos motoristas da Superintendência do Iphan na Paraíba e da morosidade administrativa em se aprovar e liberar diárias para os técnicos do órgão, por muito pouco, a segunda reunião de salvaguarda não teve que ser adiada. Como Alfranque já havia mobilizado muitos detentores para participação no referido encontro desde o final do mês de fevereiro, ele insistia para o não adiamento da reunião. Várias possibilidades para resolver “pessoalmente” e “heroicamente” a falta de estrutura e apoio do Iphan foram aventadas pelos integrantes do grupo de trabalho, desde o próprio técnico dirigir a viatura institucional até fazermos uma “vaquinha” para deslocamento de João Pessoa para Campina Grande em algum de nossos veículos particulares. Às vésperas de realização da reunião, no dia 13 de março, o grupo ainda não sabia se iria fazer ou não a reunião em Campina, mas Henrique Sampaio, que desde a semana anterior tinha entrado junto à UFPB, instituição em que é lotado como servidor, com uma solicitação de apoio à ação, conseguiu a liberação de um motorista e uma caminhoneta da Universidade para nosso deslocamento. Em razão desses perrengues burocráticos e da incerteza quanto à nossa participação na segunda reunião, não houve mobilização de detentores, via mensagens e ligações, que normalmente os técnicos do Iphan/PB fazem para o devido sucesso de encontros como aquele. Dessa forma, Alfranque ficou sobrecarregado com toda articulação local para realização da reunião. Ainda assim, assinaram a lista de presença do encontro quase 30 pessoas.

Pelo de fato da equipe de mediação, formada mais uma vez por Emanuel, Nina e Henrique, desconhecer grande parte daqueles presentes na reunião de Campina e não haver muitas pessoas na sala, propusemos que antes da fala inicial de mediação e da leitura dos eixos temáticos da minuta do documento de referência da Salvaguarda das Matrizes do Forró na Paraíba, os presentes se apresentassem dizendo quem eram, de onde eram e qual a relação de cada que cada um deles têm com as matrizes do forró. As apresentações, como imaginávamos, tomaram mais tempo do que o recomendável para o tempo excessivamente limitado que tínhamos para tratar de questões tão amplas e, provavelmente, nunca abordadas por muitos deles. Ao mesmo tempo, as apresentações deram conta de uma boa introdução às temáticas da salvaguarda do forró ao possibilitarem uma melhor tradução das histórias de vida e relatos de dificuldades ou sucessos em trabalhar com o forró de raiz no que a mesa mediadora poderia filtrar como propostas de ajustes ou complementos da minuta do documento de referência. Em Campina Grande, o tempo de 3 horas de reunião se mostrou complemente contraproducente para leitura e debate de cada ponto de todos os eixos, diretrizes, metas e ações do documento. Como dissemos no tópico anterior, nosso grupo ainda avalia como será feita a circulação do material entre os detentores para recebimento de contribuições ao texto, para além das que recolhemos em cada reunião de salvaguarda.

A síntese das discussões encontra-se registrada na Memória de Reunião 02 e na própria edição do documento que será transcrito no próximo tópico do Relatório. Algumas falas dos detentores acabaram reiterando o que foi debatido no primeiro encontro, especialmente nas questões pertinentes à inserção do trabalho do forrozeiro no sistema educacional formal, às necessidades de ações que garantam efetivamente melhores condições de trabalho a esses artistas em suas performances, apresentações e shows e à facilitação do acesso dos forrozeiros, sejam eles mestres ou aprendizes, aos instrumentos musicais tradicionais do forró, via subsídios, isenção de impostos e outros tipos de incentivos sociais e econômicos. De proposição mais estrutural, ainda não plenamente evidenciada nos documentos anteriormente produzidos, em relação à construção do Plano de Salvaguarda do Forró e à efetivação de suas ações, podemos destacar o desabafo feito por Sussa, forrozeiro de Monteiro, há muito tempo radicado em Campina Grande, de que uma ação de salvaguarda do forró só seria efetiva se conseguisse se contrapor de alguma, ou muitas formas, ao modelo de festa de São João praticado em Campina Grande e copiado por muitos municípios da Paraíba e do Nordeste brasileiro. O São João de Campina, propagado como o "maior do mundo", usa os símbolos das matrizes do forró para excluir o forró de raiz e o povo da festa. Recursos públicos, em valores exorbitantes, são gastos para promoção de um espaço cada vez mais privatizado e de bandas que não dialogam com qualquer tradição forrozeira e/ou junina. Além disso, quando não são totalmente excluídos da grande festa, os forrozeiros de raiz são subcontratados para receberem cachês "de miséria" e tocarem e cantarem durante horas a fio sem a mínima condição digna de trabalho, sem o devido incentivo das instituições públicas de patrimônio e cultura que deveriam zelar pelos bens culturais reconhecidos pelo povo e pelo Estado brasileiro e sem a devida fiscalização e/ou amparo das instituições públicas de controle e combate às ilegalidades e injustiças ocorridas no mundo do trabalho e da arte.

A reunião se encerrou mais de meia hora além do previsto inicialmente com um número mais reduzido de participantes, pois muitos se ausentaram para resolver suas questões pessoais e de trabalho. Como a reunião contou mais com voluntários do que com os recursos institucionais dos parceiros, não houve o oferecimento de café e lanches para os convidados, apenas águas compradas com o "dinheiro do próprio bolso" do articulador do encontro, Alfranque Amaral. Já era mais de meia noite quando os mediadores da reunião retornaram para suas casas, após a chegada do veículo institucional da UFPB em seu local de estacionamento.

5. Eixos, diretrizes, metas e ações de Salvaguarda das Matrizes do Forró na Paraíba

O presente tópico apresenta integralmente o documento de referência da salvaguarda das matrizes do forró no âmbito do Estado da Paraíba. As políticas elaboradas estão divididas em 7 eixos temáticos, cada um contendo diretrizes, metas e ações. O conteúdo de cada eixo foi desenvolvido a partir dos debates e materiais descritos e analisados anteriormente neste Relatório em mais de uma década de trabalhos realizados (2010 - 2023). O documento contém algumas observações que informam sobre a necessidade de ajustes em um texto final base do Plano de Salvaguarda nacional. Apesar de ter sido discutido desde o Seminário realizado em 2011, o último eixo, "Forró e Direitos Autorais", ainda carece de uma revisão mais detalhada e técnica para composição final no Plano. Trata-se de um eixo fundamental para a salvaguarda das matrizes do forró, cujos assuntos abordados e propostas encaminhadas sempre vêm à tona nas reuniões com detentores.

5.1. EIXO 1 - FORRÓ E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

DIRETRIZ 1: Fortalecimento e ampliação do Fórum Forró de Raiz, coletivo constituído para articulação dos planos e ações de Salvaguarda do Forró no Estado da Paraíba

Meta 1.1: Ampliação da atuação do Fórum Forró de Raiz da Paraíba a fim de articular e consolidar as ações de Salvaguarda da Forró no Estado.

Ação 1.1.1: Constituir um Grupo de Trabalho para elaboração de um Regimento do funcionamento do Fórum Forró de Raiz no Estado da Paraíba;

Ação 1.1.2: Realizar encontros presenciais para identificação permanente das demandas específicas dos grupos de forrozeiro(a)s em cada microrregião da Paraíba;

Ação 1.1.3: Ocupar, por meio do Fórum Forró de Raiz na Paraíba, os espaços e posições relevantes nos Fóruns e Coletivos de Cultura, Cultura Popular e Patrimônio Cultural existentes.

Meta 1.2: Criação do Centro Estadual de Referências Culturais das Matrizes do Forró e fomento a centros/espaços municipais e comunitários voltados ao Forró já atuantes na Paraíba.

Ação 1.2.1: Elaboração de um plano gerencial e de sustentabilidade administrativa e financeira do Centro Estadual de Referências Culturais das Matrizes do Forró a ser instalado em espaço adequado em João Pessoa, capital da Paraíba, e em Campina Grande, cidade do "maior São João do mundo";

Ação 1.2.2: Mapeamento de ações e espaços comunitários e estaduais existentes na Paraíba nas diferentes microrregiões da Paraíba, identificando pessoas, grupos, problemas, potencialidades e possíveis soluções, recursos e parcerias para melhoria desses "polos" forrozeiros.

5.2. EIXO 2 - FORRÓ, TRABALHO E SEGURIDADE SOCIAL

DIRETRIZ 2: Articulação do Fórum Forró de Raiz da Paraíba com movimentos mais amplos das Matrizes do Forró e outros segmentos de músicos no âmbito nacional para instituição de benefício previdenciário e/ou assistencial para forrozeiro(a)s e demais trabalhadore(a)s das Matrizes do Forró, como segurado(a)s sociais especiais e/ou beneficiário(a)s, junto ao INSS e outras instituições e mecanismos legais federais.

Meta 2.1: Promover contatos entre o Fórum Forró de Raiz da Paraíba e os demais fóruns e coletivos de forrozeiros estabelecidos nos demais Estados da federação, a fim de tomar conhecimento e contribuir com os movimentos e projetos já existentes voltados para a conquista de benefícios previdenciários e/ou assistenciais do(a)s forrozeiro(a)s e demais trabalhadore(a)s das Matrizes do Forró no Brasil.

Ação 2.1.1: Mapeamento e elaboração de Projetos de Lei e/ou Emenda Constitucional, ou revisar e aprimorar os já existentes, de forma conjunta entre fóruns e coletivos de forrozeiro(a)s e representantes do poder legislativo federal, visando o estabelecimento de uma pauta e aprovação no Congresso Nacional direcionada à conquista de benefícios previdenciários e/ou assistenciais do(a)s forrozeiro(a)s e demais trabalhadore(a)s das Matrizes do Forró no Brasil.

DIRETRIZ 3: Articular as condições trabalhistas legais para que forrozeiro(a)s e outro(a) trabalhadore(a)s das Matrizes do Forró possam atuar profissionalmente, na perspectiva do saber popular (sem a necessidade de formação acadêmica ou vínculo com a ordem dos músicos e outras associações similares), nas mais variadas frentes do mercado artístico.

Meta 3.1: Promover contatos entre o Fórum Forró de Raiz e os demais fóruns e coletivos de forrozeiro(a)s estabelecidos nos demais Estados da federação, a fim de tomar conhecimento e contribuir com os movimentos e projetos já existentes voltados para a conquista de direitos trabalhistas para as categorias de trabalho relacionadas às Matrizes do Forró.

Ação 3.1.1: Mapeamento e elaboração de projetos de lei e/ou emenda constitucional, ou revisar e aprimorar os já existentes, de forma conjunta entre fóruns e coletivos de forrozeiro(a)s e representantes do poder legislativo federal, visando o estabelecimento de uma pauta e aprovação no Congresso Nacional voltada para a conquista de direitos trabalhistas e estatutários/funcionais para as categorias de trabalho relacionadas às Matrizes do Forró, na perspectiva do saber popular;

Ação 3.1.2: Planejamento e execução de ações preventivas e combativas voltadas para a proteção e garantia de condições trabalhistas dignas de forrozeiro(a)s durante suas apresentações musicais em festas comunitárias, festas juninas, bares, restaurantes e casas de show, especialmente nas grandes festas de São João que envolvem recursos e contratos agenciados por instituições públicas, por meio de tratativas e encaminhamentos entre Fórum Forró de

Raiz/ IPHAN e instituições relacionadas às políticas trabalhistas nas esferas executivas, legislativas e judiciárias e junto ao Ministério Público nos âmbitos estadual e federal.

5.3. EIXO 3 – FORRÓ, AÇÕES DE FOMENTO E INTERCÂMBIO CULTURAL

DIRETRIZ 4: Promover o registro e a ampla divulgação da memória e das realizações das Matrizes do Forró e de forrozeiro(a)s na Paraíba.

Meta 4.1: Promover pesquisas, publicações, ações de educação patrimonial, exposições e produções audiovisuais direcionadas à memória e às realizações das Matrizes do Forró e de forrozeiro(a)s na Paraíba. Ação 4.1.1: Planejamento, organização e realização, por meio de recursos e projetos do Iphan em parceria com instituições públicas (nos níveis municipal, estadual e federal) e privadas, pesquisas, publicações, de ações de educação patrimonial, exposições e produções audiovisuais direcionadas à memória e às realizações das Matrizes do Forró e de forrozeiro(a)s na Paraíba;

Ação 4.1.2: Identificação, proteção, recuperação e divulgação de acervos pessoais e públicos direta e indiretamente relacionados à memória e às realizações das Matrizes do Forró e de forrozeiro(a)s na Paraíba.

DIRETRIZ 5: Promover o apoio e o fomento a ações e espaços culturais relacionados às Matrizes do Forró na Paraíba;

Meta 5.1. Planejar, elaborar e executar editais de fomento a ações e espaços culturais relacionados às Matrizes do Forró na Paraíba,

Ação 5.1.1: Planejamento, elaboração e execução, por meio de recursos e projetos do Iphan em parceria com instituições públicas (nos níveis municipal, estadual e federal) e privadas, editais e outros instrumentos de apoio e fomento voltados para apoios emergenciais, de projetos culturais e melhorias e adequações de espaços culturais e educacionais relacionados ao universo das Matrizes do Forró, bem como prêmios direcionados a mestre(a)s forrozeiro(a)s e às boas práticas de salvaguarda das Matrizes do Forró desenvolvidas por pessoas, associações e coletivos atuantes na Paraíba.

Ação 5.1.2: Criação de estratégias de desburocratização dos mecanismos de acesso aos editais e programas federais, estaduais e municipais de fomento que se relacionam direta ou indiretamente às Matrizes do Forró; Ação 5.1.3: Articulação com a Secult/PB e secretarias municipais de Cultura da criação de linhas de financiamento, via editais públicos, no âmbito do Fundo de Incentivo à Cultura – FIC, voltadas às Matrizes do Forró;

Ação 5.1.4: Promoção de capacitação, orientação e assessoria de forrozeiro(a)s para facilitar o acesso desses trabalhadore(a)s às políticas e as linhas de financiamento voltadas para o mercado direta ou indiretamente relacionado às Matrizes do Forró;

DIRETRIZ 6: Ampliar a participação de forrozeiro(a)s e outro(a) trabalhadore(a)s das Matrizes do Forró nas ações e programas de intercâmbio cultural e turístico municipal, estadual, nacional e internacional

Meta 6.1: Articular os poderes públicos nas áreas de cultura e turismo para promoção de apoio logístico para participação de forrozeiro(a)s e outro(a) trabalhadore(a)s das Matrizes do Forró em eventos municipais, estaduais, nacionais e internacionais;

Ação 6.1.1: Mapeamento, por meio da rede de contatos estabelecida pelo Fórum Forró de Raiz, de eventos, circuitos e encontros municipais, estaduais, nacionais e internacionais entre forrozeiro(a)s e outro(a) trabalhadore(a)s das Matrizes do Forró;

Ação 6.1.2: Apresentação às Secretarias de Cultura/Educação/Turismo no âmbito estadual e municipal do mapa de eventos, circuitos e encontros das Matrizes do Forró referido na Ação 6.1.1: para que os poderes públicos e parceiros privados possam apoiar a realização dessas atividades e promover o intercâmbio entre forrozeiro(a)s e outro(a) trabalhadore(a)s das Matrizes do Forró atuantes no Estado;

Ação 6.1.3: Promoção e organização, por meio da rede de contatos estabelecida pelo Fórum Forró de Raiz, de um sistema de rodízios para ida de representantes paraibanos a eventos nacionais e internacionais e para vinda de forrozeiro(a)s de outras localidades para a Paraíba;

Ação 6.1.4: Criação e estruturação de eventos, circuitos e festivais que promovam as matrizes tradicionais do forró em praças e espaços públicos em geral em cada município com presença de artistas e grupos forrozeir(a)s, por meio de LDO Municipal/Projetos Municipais e Estaduais de Leis de incentivo cultural e turístico/Planos Diretores.

5.4. EIXO 4 - FORRÓ E EDUCAÇÃO

DIRETRIZ 7: Inserção da temática Matrizes do Forró no Sistema de Ensino regular nos âmbitos estadual e municipal, assegurando a equiparação e autonomia entre os saberes tradicional e formal.

Meta 7.1*: Promover parcerias com o Sistema de Ensino regular para que forrozeiro(a)s e demais trabalhadore(a)s das Matrizes do Forró possam ministrar aulas, oficinas e palestras relativas a esse patrimônio cultural brasileiro em instituições formais de ensino.

Ação 7.1.1: Realização de Seminários envolvendo forrozeiro(a)s e demais trabalhadore(a)s das Matrizes do Forró e poder público nos âmbitos federal, estadual e municipal para planejamento da inserção temática das Matrizes do Forró no sistema de ensino regular.

Ação 7.1.2: Elaboração, assinatura e efetivação de Termo de Cooperação Técnica entre o IPHAN/Fórum Forró de Raiz e a Secretaria Estadual de Educação para inserção temática das Matrizes do Forró** no conteúdo programático das escolas estaduais e outras instituições educacionais e sociais;

* Observação feita por Lisianne, da Balaio Nordeste, na reunião de salvaguarda ocorrida em João Pessoa no dia 02/02/2023: para que a Meta 7.1 seja alcançada, é preciso que haja alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, tornando compulsória a inserção de forrozeiro(a)s (e demais detentores do patrimônio imaterial brasileiro) em atividades educacionais remuneradas no sistema de ensino regular.

Ação 7.1.3: Elaboração, assinatura e efetivação de Termo de Cooperação Técnica entre o IPHAN/Fórum Forró de Raiz e Secretarias Municipais de Educação para inserção temática das Matrizes do Forró** no conteúdo programático das escolas municipais e outras instituições educacionais e sociais;

Ação 7.1.4: Articulação, por meio da atuação do IPHAN/Fórum Forró de Raiz, de ações de incentivo à inserção temática das Matrizes do Forró**** no conteúdo programático de escolas e outras instituições educacionais e sociais de caráter privado.

DIRETRIZ 8: Fomentar a transmissão dos conhecimentos tradicionais relacionados às matrizes do forró em grupos, associações e comunidades de forrozeiro(a)s atuantes na Paraíba.

Meta 8.1: Apoiar e estruturar ações de salvaguarda das matrizes do forró organizadas e realizadas pela sociedade civil, especialmente aquelas dedicadas à transmissão dos conhecimentos tradicionais, por meio de aportes de recursos públicos e patrocínios.

Ação 8.1.1: Identificação, mobilização e conexão, por meio do Fórum Forró de Raiz da Paraíba, de pessoas, grupos, espaços e associações/ instituições que desenvolvam (ou tenham o potencial de desenvolver) ações de salvaguarda das matrizes do forró, especialmente aquelas dedicadas à transmissão dos conhecimentos tradicionais;

** Garantir que essa inserção não seja apenas temática, mas envolva também o trabalho remunerado do(a) forrozeiro(a) em atividades como palestras, apresentações musicais e oficinas de transmissão de conhecimentos tradicionais.

Ação 8.1.2: Identificação, mobilização e divulgação, por meio de articulações do Fórum Forró de Raiz da Paraíba/ IPHAN, dos dispositivos legais, das instituições, das empresas, dos editais e dos agentes públicos e privados que possam contribuir com recursos, parcerias e apoios diversos às ações de salvaguarda das matrizes do forró desenvolvidas por grupos, associações e comunidades de forrozeiro(a)s.

5.5. EIXO 5 - FORRÓ E COMUNICAÇÃO

DIRETRIZ 9: Promover a ampla e adequada divulgação das matrizes do forró, especialmente dos músicos invisibilizados pelo mercado, nos mais diversos meios de comunicação e mídias sociais atuantes na Paraíba.

Meta 9.1: Promover a inserção de artistas, obras, produtores, eventos, fatos e outras manifestações e questões relacionadas às matrizes do forró, nos mais diversos meios de comunicação e mídias sociais atuantes na Paraíba, a exemplo de programas de rádio e TV, páginas da internet, redes sociais etc., contribuindo para o fortalecimento do bem cultural nos mercados musicais locais e estadual;

Ação 9.1.1: Mapeamento de artistas, obras, produtores, eventos, fatos e outras manifestações e questões relacionadas às matrizes do forró, nos mais diversos meios de comunicação e mídias sociais atuantes na Paraíba,

a exemplo de programas de rádio e TV, páginas da internet, redes sociais etc., contribuindo para o monitoramento e diagnóstico de situação do bem cultural nos mercados musicais locais e estadual;

Ação 9.1.2: Articulação de ações voltadas para a inserção de artistas, obras, produtores, eventos, fatos e outras manifestações e questões relacionadas às matrizes do forró, nos mais diversos meios de comunicação e mídias sociais atuantes na Paraíba, a exemplo de programas de rádio e TV, páginas da internet, redes sociais etc., por meio de tratativas e encaminhamentos coordenados pelo Fórum Forró de Raiz da Paraíba/ IPHAN junto a instituições e representações empresariais do ramo da comunicação no Estado;

Ação 9.1.3: Sistematização e disponibilização ao público de forrozeiro(a)s e outro(a) trabalhadore(a)s das Matrizes do Forró atuantes na Paraíba de um catálogo digital e/ou impresso apresentando os programas de rádio e TV, páginas da internet, redes sociais etc., em que artistas e produtores das matrizes do forró possam ter seus trabalhos divulgados.

Meta 9.2: Planejar e executar ações de fomento à produção e manutenção de programações e conteúdos relacionados às matrizes do forró nos mais diversos meios de comunicação e mídias sociais atuantes na Paraíba

Ação 9.2.1: Criação e lançamento de programas e editais públicos para produção e manutenção de programações, conteúdos e artistas relacionados às matrizes do forró nos mais diversos meios de comunicação e mídias sociais atuantes na Paraíba.

5.6. EIXO 6 - FORRÓ E INSTRUMENTOS MUSICAIS TRADICIONAIS***

DIRETRIZ 10: Identificar, valorizar e promover os artesãos, afinadores e profissionais que consertam e fazem a manutenção de instrumentos musicais tradicionais do forró

Meta 10.1: Identificar por meio de pesquisas documentais e de campo a existência e atuação de artesãos, afinadores e profissionais que consertam e fazem a manutenção de instrumentos musicais tradicionais em todo o território paraibano.

Ação 10.1.1: Planejamento, organização e realização, por meio de recursos e projetos do Iphan e de parceiros públicos (instituições municipais, estaduais e federais) e privados, de pesquisas documentais e de campo acerca da existência e atuação de artesãos, afinadores e profissionais que consertam e fazem a manutenção de instrumentos musicais tradicionais em todo o território paraibano. Os dados decorrentes das pesquisas devem ser tornados públicos por meio de plataformas virtuais ou/e mapa culturais ou/e cadastros profissionais constantemente atualizados que divulguem o trabalho desses mestres e detentores.

Meta 10.2: Promover a transmissão dos conhecimentos tradicionais relacionados aos instrumentos musicais tradicionais do forró junto aos grupos, associações e comunidades de forrozeiro(a)s atuantes na Paraíba;

*** Caso seja pertinente, no "Eixo Forró e Instrumentos Musicais Tradicionais", fazer interface com a matéria prima e questões ambientais.

Ação 10.2.1: Planejamento, organização e realização, por meio de recursos e projetos do Iphan e de parceiros públicos (instituições municipais, estaduais e federais) e privadas, de ações de salvaguarda emergencial e permanente do ofício, e dos saberes e práticas relacionados a ele, de artesãos, afinadores e profissionais que consertam e fazem a manutenção de instrumentos musicais tradicionais em todo o território paraibano.

Meta 10.3: [em elaboração] Facilitar, por meio de isenções fiscais, subsídios públicos e outras formas de incentivos sociais e econômicos, o acesso de forrozeiro(a)s aos instrumentos musicais tradicionais do forró;

Ação 10.3.1: [em aberto]

5.7. EIXO 7 - FORRÓ E DIREITOS AUTORAIS [EM ELABORAÇÃO]

DIRETRIZ 11: Divulgar e compartilhar informações, pelos meios que se fizerem necessários, acerca dos direitos autorais junto aos compositore(a)s atuantes nas matrizes tradicionais do forró.

Meta 11.1: Promover seminários, encontros e consultorias junto ao(à)s forrozeiro(a)s para orientação técnica e jurídica sobre seus diretos e deveres relativos à produção autoral de suas obras e ao uso de suas obras por terceiros.

Ação 11.1.1: Organização e realização de seminários, encontros, ações e materiais informativos de consultoria e assessoria técnica e jurídica, por meio de parcerias com a Ordem dos Músicos do Brasil e outras instituições acadêmicas e jurídicas pertinentes, para que compositore(a)s atuantes nas matrizes tradicionais do forró possam de fazer o registro e a devida proteção autoral de suas criações artísticas: letras, músicas, arranjos, obras etc;

Ação 11.1.2: Organização e realização de seminários, encontros, ações e materiais informativos de consultoria e assessoria técnica e jurídica, por meio de parcerias com o ECAD e outras instituições acadêmicas e jurídicas pertinentes, para que compositore(a)s atuantes nas matrizes tradicionais do forró possam monitorar a fiscalização e obter a devida arrecadação da divulgação e utilização de suas criações artísticas: letras, músicas, arranjos, obras etc.

DIRETRIZ 12: Promover a divulgação e distribuição gratuitas ou rentabilizadas das produções autorais de compositore(a)s forrozeiro(a)s

Meta 12.1: Orientar e assessorar o(a)s compositore(a)s forrozeiro(a)s para maior acesso e melhor forma de utilização das plataformas digitais de música para divulgação e distribuição de suas produções autorais de forma gratuita ou rentável.

Ação 12.1.1: [em aberto]

DIRETRIZ 13: Garantir legalmente que obras musicais que sejam criadas por detentores do patrimônio cultural imaterial brasileiro, a exemplo dos compositore(a)s forrozeiro(a)s integrem gratuitamente o catálogo disponível em plataformas musicais digitais, garantindo o acesso mais amplo da população a essas obras.

Meta 13.1: [EM ABERTO]

Ação 13.1.1: [EM ABERTO]

6. Considerações finais

Importante registrar, como observação final do presente Relatório, que os eixos, diretrizes, metas e ações de salvaguarda das matrizes do forró acima expostas configuram um "estado da arte" atual e cumulativo de todo processo de debates, reflexões e ações desenvolvidas e acompanhadas pelo Iphan/PB junto aos detentores, agentes culturais e parceiros dessas políticas. Uma parte significativa das propostas feitas pelos detentores atuantes na Paraíba que contribuíram para a elaboração do Plano de Salvaguarda das Matrizes do Forró, constantes nas Memórias de Reunião inseridas no SEI e em outras anotações nossas, ainda serão amadurecidas nas próximas reuniões "regionais" previstas para ocorrerem no presente ano, caso haja condições e apoio institucional para tanto.

Por fim, agradecemos as revisões textuais e questões trazidas por Carla Gisele Moraes (Iphan/PB) e Henrique Sampaio (Fórum Forró de Raiz da Paraíba/ UFPB) que deram maior precisão às informações aqui constantes.

IPHAN

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO